

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

23



Ἐπισημοῦς ἱστορικοῦ κέντρου τῆς ἐπισημῆς
ἐπισημοῦς ἐπισημοῦς ἐπισημοῦς ἐπισημοῦς
ΜΗΝΙΝ ΑΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

AS PROFECIAS DE NEFERTI: DO DOMÍNIO DE *ISEFET* À IMPOSIÇÃO DE *MAAT*

TELO FERREIRA CANHÃO

Centro de História, Universidade de Lisboa
telofcanhao@gmail.com

Qualquer guerra, em qualquer época, é altamente traumática para quem a vive e, sobretudo, para quem lhe sobrevive. Os antigos Egípcios legaram-nos alguns textos com relatos elucidativos dessa realidade, quando no seu país, por força das invasões estrangeiras ou da guerra civil, se instalou *isefet*, isto é, o mal, a desordem, a injustiça, a mentira, afastando do quotidiano o seu oposto, *maat*, que expressava o bem, a ordem, a justiça, a verdade. As *Profecias de neferti*⁽¹⁾ são um desses textos que chegou até nós completo numa única fonte manuscrita, o *Papiro São Petersburgo 1116B recto*, do Museu Imperial de São Petersburgo, hoje no Museu Pushkin de Moscovo⁽²⁾. É uma cópia da XVIII dinastia, provavelmente da segunda metade do reinado de Tutmés III (1479-1425 a. C.), de um original desaparecido que deve ter sido idealizado no início da XII dinastia, no tempo de Amenemhat I (c. 1980-1950 a. C.), porventura um contributo para a confirmação de unificação do reino e afirmação da nova dinastia, o que faz dele também um texto de propaganda política.

Contudo, a datação literária é bem diferente da datação histórica da narrativa, para a qual ainda recuamos até ao Império Antigo, indo ao encontro do fundador da IV dinastia, Seneferu (c. 2600-2576 a. C.). Usando um expediente literário típico do Império Médio, o faraó procurava combater o tédio escutando Neferti, cuja oratória lhe tinha sido recomendada pelos magistrados da corte como forma de se distrair. Neferti era um sacerdote

de Heliópolis, seguidor da deusa gata Bastet, representada como uma mulher com cabeça de gato, ou simplesmente como um gato, aparecendo em algumas representações na companhia de várias crias. Inicialmente era uma divindade solar portadora do carácter imprevisível dos felinos, brincalhona, amante do prazer, das artes e do sexo, sendo considerada uma deusa da fertilidade, uma protectora das mulheres grávidas e responsável pela saúde. Tanto se relacionava com o faraó através da sua doçura concedendo-lhe um carácter bondoso, como o protegia com a sua agressividade, ligando-se desta forma à deusa leoa Sekhmet. Com os Ptolemeus, por comparação com a deusa grega Artemisa, deusa lunar, foi associada à Lua potenciando as suas características como deusa da fertilidade, protectora do lar, das mulheres, sobretudo as grávidas e no momento do parto, das crianças e dos animais, em particular os gatos. O seu principal centro de culto era Bubastis (Per Bastet), a 53 km a norte de Heliópolis, mas acabou por ser cultuada um pouco por todo o Egipto.

Depois de ter perguntado ao rei se pretendia que ele falasse do passado ou do futuro e do soberano ter escolhido o futuro, o sacerdote falará de acontecimentos que em relação ao momento do relato estão no futuro, mas que em relação ao momento do registo literário pertencem ao passado e, portanto, são do conhecimento do autor. Embora Neferti diga: «Eu falarei do que estiver diante do meu rosto/e não profetizarei o que não ocorreu ainda» (l. 26), acabamos por constatar que este «futuro» é «passado», não encontrando aqui o conceito de profecia tal como se desenvolveu na Mesopotâmia, onde os homens, particularmente o rei, interagiam directamente com as divindades, procurando condicionar o seu futuro próximo de forma a manter o equilíbrio e a ordem que os transcendiam, conforme podemos aprender no estudo do *corpus* de Mari e do *corpus* neo-assírio sobre profetismo, publicado por Francisco Caramelo em 2002⁽³⁾, ou na tradição cristã registada na Bíblia, previsões do futuro através de mensagens divinas. Talvez por estar enredado no tempo, o autor tenha baralhado «passado», «presente» e «futuro», fazendo com que em certos momentos se misturem e o próprio narrador, que fala do futuro, pareça participar na acção, como, por exemplo, nas linhas 33-35 quando afirma: «Falta-nos uma (boa) fortaleza: o inimigo está perto/e não será ouvido pela guarda./A progressão será feita de noite,/a fortaleza será invadida/e a sonolência dos meus olhos será repelida/enquanto eu permaneço deitado a dizer: “Eu estou acordado!”». De facto, Neferti não é um profeta que, tal como eram concebidos na Mesopotâmia, não

existiam no Egípto, mas um simples narrador de quem o autor se serviu para contar a história que pretendia divulgar.

Mas de que época histórica falará o autor? Vem-nos à cabeça, de imediato, o Primeiro Período Intermediário, um longo período de aproximadamente 140 anos que se estendeu do final da VI dinastia (c. 2180 a. C.) até à reunificação de Nebhepetré Mentuhotep, Mentuhotep II (c. 2042 a. C.), e que compreendeu as dinastias VII, VIII, IX, X e primeira metade da XI. Acrescentem-se-lhe, ainda, cerca de 64 anos, pelo menos, do reinado de Pepi II, onde parece que começou uma boa parte dos problemas, e temos 200 anos de caos. E nem vale a pena contar com os derradeiros e fugazes soberanos da VI dinastia, Merenré Antiemsaf II e a sua esposa a rainha Neitikerti, que parece já nada terem podido fazer para inverter a situação. Independentemente do seu conteúdo, a VII e a VIII dinastias foram um prolongamento da monarquia menfita, correspondendo ao Império Antigo tardio; a IX e a X dinastias coincidiram com o reino heracleopolitano que se seguiu aos reis de Mênfis⁽⁴⁾, por razões que ainda desconhecemos, e que partilhou o Egípto com o reino tebano dos Antef, I, II e III, monarcas que no sul antecederam na primeira metade da XI dinastia Mentuhotep II, reunificador do Egípto⁽⁵⁾. Neste período o faraó perdeu progressivamente o poder para os governadores provinciais e demais chefes locais, que acumulavam funções civis e religiosas, chegando a estabelecer o princípio de transmissão hereditária dos cargos e a reconhecer no faraó uma autoridade simplesmente nominal. Esta crise foi potenciada e agravada por modificações climáticas que na mesma época se abateram sobre o Egípto. A anarquia político-militar que diminuiu a defesa das fronteiras a norte e a sul, e internamente levou ao caos social fazendo surgir por todo lado a ignomínia, a fome e a miséria, aparece dramaticamente descrita num outro texto: *As Admoestações de Ipu-uer*⁽⁶⁾. Ao contrário de *As Profecias de neferti*, é um texto que se centra na questão interna e não nas invasões estrangeiras.

No declínio do Primeiro Período Intermediário e dealbar do Império Médio, a vitória final de Tebas sobre Heracleópolis, levada a cabo por Mentuhotep II, parece não ter derrubado definitivamente o espectro da oposição, que terá permanecido latente à espera de oportunidade. Fica a ideia de que a segunda metade da XI dinastia assentava numa base de sustentação muito frágil e transportava consigo sequelas do Primeiro Período Intermediário. Essa oportunidade terá surgido quando Mentuhotep IV (Nebtaurí Mentuhotep) mostrou ser incapaz de conter os movimentos

de oposição, tal como tinham feito os seus antecessores, e permitiu que o país voltasse a mergulhar na guerra civil. Os problemas do final do Primeiro Período Intermediário mal resolvidos e o regresso à ribalta de algumas famílias e altos funcionários mais preponderantes, forçaram a divisão de forças entre os possíveis sucessores de Mentuhotep IV, mas foi o seu vizir Amenemhat quem acabou por levar a melhor, dando início à XII dinastia. Não se sabe muito do reinado do último dos Mentuhotep, que terá governado o Egipto cerca de seis anos⁽⁷⁾, porém, fazendo fé no texto *As Profecias de neferti*, parecem ter conduzido a um breve período tão traumático quanto o Primeiro Período Intermediário. Embora o nome do faraó continuasse a significar «Montu está satisfeito», aparentemente o deus da guerra Montu perdera o seu fulgor. E só sabemos que não estamos focados no Primeiro Período Intermediário porque, para voltar a conduzir o país ao bom caminho, é referido expressamente na parte final do texto:

«Um rei *virá do Sul*,
Ameni, justo de voz, é o seu nome.
Será filho de uma mulher da Núbia,
e nascerá no Alto Egipto.
Ele receberá a coroa branca,
ele erguerá a coroa vermelha,
ele unirá as duas coroas,
ele satisfará os dois senhores, Hórus e Set,
com o que eles desejarem,
empunhando “aquele-que-anda-à-volta-no-campo” e o “remo” em movimento.» (l. 58-61; o *italico* corresponde a texto a vermelho no original)

Estas palavras são uma declaração política de entronização e afirmação da nova dinastia. Nesta passagem identifica-se com clareza o rei, a sua proveniência e a sua ascendência humilde, fala-se da sua coroação, da subordinação a Hórus e a Set e, por fim, de dois objectos, «Aquele-que-anda-à-volta-no-campo» e o «remo», que parecem ter forte simbologia. No plano das instituições, havia que criar condições ao rei para que, em circunstância alguma, fosse confundido com outro homem, sobretudo ao nível dos dignitários (governadores, vizires, chefes sacerdotais ou militares...). Essa legitimação era conferida por duas cerimónias exclusivas da realeza: a cerimónia da sagração e o jubileu real. O jubileu real desenrolava-se, principalmente, num mundo humano, visando essencialmente regenerar o poder real, mas a entronização

decorria, sobretudo, entre os deuses, e é o conjunto de cerimónias que agora nos interessa focar. Independentemente da sucessão se processar por parentesco ou por conquista do poder, o ritual de inauguração de um novo reinado era a sagração do rei, também apelidada de coroação ou entronização, que, segundo M.-A. Bonhème e A. Forgeau, visava «aumentar a personalidade do rei e transformá-la», sendo por isso considerada um conjunto de rituais de passagem, em que um homem se transformava num ser com qualidades inacessíveis aos outros humanos. Embora na prática fossem uma série de actos iniciáticos solitários, apenas respeitantes ao rei e ao deus, realizados estritamente no círculo das pessoas necessárias à sua execução, a coroação era considerada um acto colectivo. Tradicionalmente realizada em Mênfis, incluía rituais que remontam à Época Arcaica e que foram respeitados até ao período ptolemaico. A coroação de um rei era não só a sua sacralização, mas também a sua aclamação como duplo de si mesmo, numa clara distinção dos dois corpos do faraó: perecível enquanto ser humano, eterno como deus. Cerimonial dirigido pelos sacerdotes, compunha-se dos ritos: de despertar do novo rei e saída do palácio (um despertar simbólico e mágico dirigido pelos sacerdotes), de purificação (dois sacerdotes vestidos de Hórus e de Tot purificavam o novo rei, primeiro com água e depois com unguentos), de entrada do rei no templo (espaço sagrado) acompanhado por Montu (deus nacional da guerra, de origem tebana, que se apresentava com cabeça de falcão e características guerreiras, transmitindo ao rei protecção, poder, vitória e invencibilidade), de imposição das coroas por Hórus e Set (dois sacerdotes incarnavam os deuses representando a união das Duas Terras, segurando Set um lótus simbolizando o Sul e Hórus, com um papiro, simbolizava o Norte), de elevação real (no contexto tebano, o rei era enquadrado por dois deuses, normalmente Montu e Atum, que o conduziam até Amon), de alimentação do novo rei (absorção fictícia de leite de uma deusa, simbolizando a sua passagem de comum mortal a monarca eleito pelos deuses), de entronização e de proclamação dos nomes de reinado que o novo soberano assumia. Depois o soberano fazia um circuito à volta do palácio, numa representação simbólica do seu poder sobre todo o Egipto e uma evocação de um antigo rito menfita designado por *pekher be ineb* (*pḥr b inb*), «a volta ao muro», na cidade que se chamava Ineb-hedj (*inb-ḥd*) «Muro Branco». Em suma, o cerimonial conferia poder terrestre ao novo Hórus e poder institucional ao monarca. Provavelmente, «aquele-que-anda-à-volta-no-campo» e o «remo» eram objectos rituais

que o rei empunharia durante este último circuito em torno do palácio, o derradeiro ritual da cerimónia da sagração. E se este périplo era a representação simbólica do seu poder sobre todo o Egipto, será que são epítetos dos ceptros *hekat* (*ḥkꜣt*) e *nekhakha* (*nḥꜣḥꜣ*)? Os ceptros eram impostos ao rei imediatamente antes da coroação, sendo o primeiro um símbolo da condução dos homens e o segundo, provavelmente, da justiça. O primeiro, alusivo ao passado pastoril, poderá ser «aquele-que-anda-à-volta-no-campo», e o segundo, semelhante a um flagelo com o qual se executavam castigos de chicotadas, poderá ser o «remo»⁽⁸⁾.

No que respeita à identificação do rei, não há qualquer dúvida. Ameni é o nome hipocorístico de Amenemhat I, que, aparentemente, terá usurpado o trono a Mentuhotep IV, sem que saibamos se as suas pretensões eram simplesmente o poder, ou se agiu por impulso quando viu à sua volta tudo a regressar ao caos e à frente dos destinos do Egipto um faraó incapaz de enfrentar a situação. De facto, Amenemhat I nasceu no Alto Egipto: o seu próprio nome, que significa «Amon está no comando», testemunha essa ligação ao Sul, mais precisamente a Tebas, onde o deus Amon era venerado. Conhece-se, também, a sua ascendência popular, sendo o pai um sacerdote de nome Senuseret e a mãe uma dama chamada Neferet, natural da região de Abu, ou seja, Elefantina⁽⁹⁾. Segundo este texto, era a ele que estava destinada a coroa dupla do Egipto e os símbolos do poder, de forma a manter a união e a defesa das Duas Terras. Com uma curiosidade: embora a construção gramatical da passagem se apresente no futuro, inclui a expressão «justo de voz», empregue exclusivamente com reis já falecidos, obviamente numa referência ao passado.

Sem sabermos se é reflexo de uma realidade social ou simples retórica política, os Egípcios ficariam satisfeitos com os seus esforços de pacificação, levada a cabo com a ajuda divina da *iafet*, e os inimigos seriam trucidados e impedidos de regressar. *Maat* triunfaria sobre *isefet*, e o país regressaria à normalidade, voltando os Egípcios ao seu comportamento superior mas deferente e afável para com os estrangeiros. Diz o final do texto:

«Os homens do seu tempo ficarão *contentes*.
O filho de um homem gerará o seu nome
para todo o sempre.
Aqueles que percorrerem o caminho do mal e planearem rebelar-se,
acabarão por se calar por temor a ele.
Os Asiáticos cairão chacinados por ele;

os Líbios tombarão por causa da sua chama;
 os rebeldes tomarão o seu conselho
 e as pessoas descontentes respeitá-lo-ão.
 A *iafet* que está na sua cabeça
 é para pacificar as pessoas descontentes.

Construir-se-ão os Muros do Rei, v. p. s.,
 não permitindo que os Asiáticos desçam ao Egipto.
 Eles pedirão água do modo habitual
 para darem de beber ao seu gado.
Maat regressará ao seu lugar
 e *isefet* será atirada fora.» (l. 61-69)

Contudo, este «filho de um homem» e não de um deus, não teve uma entronização pacífica, pois conhecem-se pelo menos outros dois pretendentes ao trono, um chamado Antef e outro Seguerseni⁽¹⁰⁾. Esta luta pelo poder, com contornos de guerra civil, mistura-se também com a defesa das fronteiras, provocando, certamente, grandes danos. A actividade bélica de Amenemhat I na defesa das fronteiras ocidental e oriental do Egipto e as suas incursões e expansão para sul, consolidando o anterior trabalho de expulsão dos invasores, é conhecida. Além disso, foi de facto este soberano que mandou construir um encadeado de fortificações defensivas ao longo da região do Nordeste do Delta, provavelmente no Uadi Tumilat, dominando simultaneamente os «Caminhos de Hórus», com todo o seu movimento caravaneiro, e a afluência que, por terra, vinha das minas da Península Arábica. Designadas por Muros do Rei, surgem também na *História de Sinuhe* (R, 42), onde se fica a saber que foram «construídos para reprimir os Asiáticos e esmagar os Beduínos» (R, 43)⁽¹¹⁾. É também na *História de Sinuhe*, confirmado na *Instrução de Amenemhat I ao seu filho Senuseret*, que ficamos a saber que o rei Amenemhat I não conseguiu convencer todos os que se lhe opunham, ao ponto de acabar por ser assassinado por um opositor, de quem a história não guardou qualquer informação, para além de se saber que era alguém muito próximo ao soberano e que tinha como cúmplices elementos da guarda pessoal do rei⁽¹²⁾.

Ultrapassada a questão da propaganda política em torno da confirmação de um rei salvador, vejamos o que parece ser o principal motivo do aparecimento do novo soberano. Neferti define com clareza o tema da narrativa – a invasão do Egipto pelos Asiáticos – um dos grandes temores egípcios, com a afirmação: «...quando os Asiáticos avançassem

com as suas espadas curvas/e aterrorizassem os corações daqueles que estivessem a fazer as colheitas,/e se apropriassem dos animais de tiro com que estivessem a lavar.» (l. 18-19). Mas antes da narrativa propriamente dita, ainda enquadra o discurso num ambiente dramático, apelando aos sentimentos e criando um clima propício às palavras que iria proferir. É de opinião que não se deve ficar calado perante os acontecimentos que estão à vista de todos e contra os quais ninguém faz nada, pois tanto a elite governante como os trabalhadores estão de rastos. É um país em ruína, perante a indiferença geral, e onde ninguém tem trabalho (Soberba a expressão: «...nada cresce nem prospera! Nem mesmo o negro das unhas a que se tinha direito!»)⁽¹³⁾, ao ponto de se afirmar a necessidade do demiurgo repor o que foi destruído. Simultaneamente incute força ao soberano para que encare os problemas e intensifica o discurso transformando-o num drama apocalíptico, atingindo o próprio criador e prevendo o fim da humanidade. Diz ele:

«Desperta coração
e chora por este país onde começaste!
O silêncio é inebriante!
Olha! Há qualquer coisa que é preciso dizer acerca disto, com respeito.
Olha então! O grande está lançado por terra
no país onde começaste.

não te aborreças! Olha, os factos estão diante de ti!
Possas tu levantar-te contra o que está diante de ti!
Olha então, os grandes estão satisfeitos com o (estado do) país!
O que foi feito nunca antes tinha sido feito!
Ré (deverá) começar a recriar!
O país está totalmente arruinado e nada cresce nem prospera!
Nem mesmo o negro das unhas a que se tinha direito!

Este país está destruído. Ninguém se preocupa com ele.
Ninguém fala. Ninguém se lamenta.
O que acontecerá a este país?
O disco solar está encoberto
e não brilhará para que os homens o possam ver.
Não viveremos se as nuvens o esconderem
e se isso acontecer todas as pessoas ficarão paralisadas por causa da
sua ausência.»
(l. 20-26)

Depois desta ausência de luz, surgirá a ausência de água e de ar calmo. Não é apenas a ausência de meios básicos que asseguram a vida, mas o autêntico caos. À ausência do demiurgo, junta-se a ausência do maior bem do Egípto, a água do Nilo, igualmente responsável pela vida no país; e junta-se ainda o que faz das Duas Terras uma grande civilização, a unidade Sul/Norte, Alto Egípto/Baixo Egípto, simbolizada num vento único, como se depreende destas palavras:

«*Sim, (com) o rio do Egípto seco
pode-se atravessar a água a pé.
Nós vamos procurar água
para os barcos poderem navegar,
(porque) o seu curso secou:
onde era a margem há água
e onde havia água está seco.
O vento do Sul opor-se-á ao vento do Norte:
não existirá mais céu de um único vento.*» (l. 26-29)

Então, a narrativa clara e elucidativa aponta a fraqueza da administração, que permitirá que «uns pássaros estranhos» venham, se instalem e nidifiquem «próximo dos humanos», sem qualquer oposição. Ou o trabalho dos soberanos de Heracleópolis, da «casa de Kheti», provavelmente fundada por Meribré Kheti (Kheti I), que restauraram a ordem no Delta expulsando Asiáticos e Líbios, que reconquistaram parte da costa e que se preocuparam com a economia egípcia restabelecendo e protegendo o importantíssimo comércio com Biblos foi insuficiente⁽¹⁴⁾, ou os Asiáticos voltaram a ocupar os lugares de onde antes tinham sido expulsos e aí voltaram a estabelecer-se com as suas famílias, como se infere da afirmação:

«Pássaros estranhos nidificarão
nas terras pantanosas do Delta,
fazendo os seus ninhos próximo dos humanos,
porque os homens permitirão a sua aproximação devido
(à sua) debilidade.» (l. 29-30)

Esta fixação ficar-se-ia a dever à cobiça da riqueza alimentar da região, sem que o Egípto tivesse forma de a enfrentar e impedir, caindo em profunda infelicidade. Então percebemos que os Asiáticos são os «pássaros estranhos», e os «humanos» os Egípcios, ao lermos:

«*Verdadeiramente será destruído aquilo que é bom,*
os viveiros de peixe
onde se encontravam prontos a estripar,
brilhando no meio dos (outros) peixes e dos pássaros.
Todos os lugares de felicidade desaparecerão,
derrubados pelo país em desgraça;
por causa daqueles alimentos
os Asiáticos prevalecerão sobre a terra.» (l. 30-32)

E disso não há qualquer dúvida. Além de serem claramente identificados, sabe-se perfeitamente de onde virão e como se infiltrarão e estabelecerão em território egípcio, sem que os autóctones se possam defender. Isso está claramente explícito nas seguintes palavras:

«Os inimigos aparecerão do Este.
Os Asiáticos descerão ao Egito.
Falta-nos uma (boa) fortaleza: o inimigo está perto
e não será ouvido pela guarda.
A progressão será feita de noite,
a fortaleza será invadida
e a sonolência dos meus olhos será repelida
enquanto permaneço deitado a dizer: “Eu estou acordado!”

Os animais selvagens virão beber ao rio do Egito;
eles refrescar-se-ão nas suas margens
na ausência de alguém que os faça fugir.
Esta terra será conquistada e ocupada
sem se saber quando emergirá o que vai acontecer,
oculto de acordo com o que se costuma dizer:
“Quando ver e ouvir falham, o silêncio domina”.» (l. 32-38)

Não só temos aqui uma justificação para a construção dos Muros do Rei, como «a progressão feita de noite» sem que ninguém dê por isso, nos parece metafórica: os Asiáticos foram-se instalando gradualmente devido à escassez de alimentos no corredor da Síria-Palestina, enquanto no Egito abundavam alimentos e voltava a aumentar a desordem e a falta de coesão que surgia sempre que um rei dava sinais de fraqueza. Aqui, mais uma vez, «passado» e «presente» parecem misturar-se, ao ponto da fortaleza ser simultaneamente inexistente e existente. Também se pode dar o caso de, por ser uma fronteira, mesmo antes da construção dos Muros do Rei existirem aí estruturas fronteiriças do género de torres de observação que, como o nome indica, apenas serviam para controlo de passagens e não

tinham qualquer capacidade defensiva. Talvez por mais uma vez terem sido impedidos de aí ficar, o fluxo pacífico e contínuo de estrangeiros ao Egito tenha regressado posteriormente tendo-se intensificado a partir de Amenemhat III. No final da XIII dinastia o regresso da autonomia de alguns governadores de província e o respectivo enfraquecimento do poder centralizado levaram a população estrangeira a unir-se. Dispostos a ocupar e a estabelecerem-se, o seu *modus operandi* tornou-se diferente: com novas armas e técnicas mais eficazes do que as egípcias, a partir de Auaris os Hicsos (do egípcio *hekau-khasut*, *ḥkꜣw-ḥꜣswt*, que significa «chefes de países estrangeiros») encetaram outra etapa menos pacífica e com mais sangue e saques em cidades. Primeiro invadiram a região oriental do Delta e, depois, avançaram sobre Mênfis e áreas circundantes. Instalaram-se, criaram as suas próprias dinastias (XV e XVI), iniciando o Segundo Período Intermediário (dinastias XV a XVII, algumas em simultâneo), tendo governado o Médio e o Baixo Egito por cerca de cem anos. Até aí, os exércitos egípcios eram formados essencialmente pela infantaria a pé, o que representava um atraso técnico e militar em comparação com alguns povos asiáticos que dispunham de cavalos e usavam carros de combate puxados por cavalos, tornando-se uma presa fácil para qualquer exército que os tivesse.

Contudo, quando dizemos «foram-se instalando» não quer dizer que tivessem vindo pacificamente. Queriam sobretudo usufruir dos bens que a terra aí dava em abundância e, embora não viessem como conquistadores, defendiam a sua vontade com armas se a isso fossem obrigados. Numa terra que já não vivia sossegada, a presença dos estrangeiros potenciava o desassossego. Suceder-se-iam as divisões entre os homens, prevalecendo o egoísmo e o medo, e até a união familiar seria posta em causa. Por todo o lado haveria divisões civis e familiares. Todos se temeriam uns aos outros. Diz Neferti:

«Eu mostro-te uma terra trespassada pelo sofrimento:
o que nunca tinha acontecido, aconteceu.
As armas de guerra serão empunhadas
e o país viverá em desordem.

*Serão fabricadas flechas em cobre
e mendigado pão ensanguentado;
riremos com um riso de dor,
ninguém chorará por causa da morte,
ninguém passará a noite em jejum por causa da morte.*

Cada homem só pensará em si próprio.
Não serão feitas cerimónias fúnebres neste dia:
o pensamento afastar-se-á delas totalmente.
Um homem ficará sentado no seu canto,
enquanto nas suas costas um homem mata outro.
Eu mostro-te um filho como inimigo,
um irmão como adversário,
um homem que mata o seu próprio pai.» (l. 38-45)

A expressão «o que nunca tinha acontecido aconteceu» (l. 39), a par de «o que foi feito nunca antes tinha sido feito», frase que aparece pela segunda vez (l. 22 e l. 46-47), parecem-nos mais expedientes literários de dramatização, do que expressões que transmitam a ideia de que a desordem tenha atingido o auge com uma brutalidade superior à do Primeiro Período Intermediário. A menos que se pretendesse pôr em evidência o invasor que ficava com tudo, e isso, de facto, nunca antes acontecera! Podemos verificá-lo em *As Admoestações de Ipu-uer* que é muito mais descritivo e se foca na guerra civil e não em invasões, num período cerca de 25 vezes mais extenso e com laivos de maior brutalidade. Contudo, o panorama geral é semelhante: cada um por si; o rico torna-se pobre e o pobre rico, embora aqui quem fique com os bens dos ricos sejam, sobretudo, os estrangeiros e em *As Admoestações de Ipu-uer* sejam os dependentes e os pobres; mas impera na mesma o medo, a falta de valores, a violência, a carência e o desgoverno próprio de um país sem rumo. É a desordem total. Escreve o autor:

«Cada boca estará cheia de: “Eu quero!”
Tudo aquilo que é bom desaparecerá.
Será a ruína do país. As leis serão feitas contra ele.
Haverá destruição por causa do que foi feito
e desolação por causa do que encontrámos.
O que foi feito nunca antes tinha sido feito:
os bens de um homem foram-lhe tirados e dados ao que é estrangeiro.
Eu mostro-te o proprietário a lamentar-se
e o estrangeiro satisfeito.
Aquele que nunca fez nada acumula para si;
aquele que trabalhava está sem nada.
Dão-se as coisas com relutância
(apenas) para calar a boca daquele que fala.
A um discurso responde-se agitando um bastão no ar
e fala-se em matar quem discursa!

As palavras expressas são para o coração como fogo!
Ninguém tolera aquilo que é dito.
O país está na penúria mas são numerosos os seus administradores.
Ele está destruído mas são elevados os seus impostos!
A quantidade de grão é pequena mas a medida é grande
e mede-se em excesso!» (l. 45-51)

E Neferti prevê como grande final o caos total, humano e divino: Ré abandonará os homens desorientando-os ainda mais ao perder o brilho, isto é, a actividade; condena-os a viver na necrópole; inverte a condição social de cada um; e, numa derradeira «visão», desaparecerá o próprio local de nascimento das divindades, a província de Heliópolis. Tudo assim registado:

«O próprio Ré separar-se-á da espécie humana!
Ele erguer-se-á quando for a hora,
mas ninguém saberá que o meio-dia chegou,
ninguém distinguirá a sua sombra,
nenhum rosto se iluminará ao vê(-lo).
Os olhos não derramarão lágrimas
enquanto ele estiver no céu como a lua.
Não será desviado do seu percurso habitual,
mas os seus raios no rosto
são um acontecimento do passado.

Eu mostro-te uma terra em sofrimento:
o que era fraco é agora um senhor poderoso;
aquele que devíamos saudar recebe saudações.
Eu mostro-te o pior daquilo que predomina:
aquele que vinha no fim, agora dirige uma geração.
Vivemos na necrópole.
O pobre tornar-se-á rico
e o poderoso [recolher-se-á] para sobreviver.
Os pobres comem o pão
e os dependentes exultam.
Deixará de existir a província de Heliópolis na terra,
lugar de nascimento de cada deus.» (l. 45-57)

Para além da sua preocupação em defender o Egipto dos invasores asiáticos, claramente expressa na expulsão dos infiltrados no Delta e na construção dos Muros do Rei, outra das prioridades de Amenemhat I foi uma reforma administrativa onde se incluiu a criação de uma nova capital.

Não Mênfis, Heracleópolis, ou Tebas, mas, como que cortando com o passado, uma nova cidade fundada perto de Licht, a sua zona funerária, a cerca de 50 km ao sul de Mênfis, a que chamou de Amenemhat-Iti-taui («Amenemhat é o soberano das Duas Terras») e cujo nome abreviado Iti-taui («Soberano das Duas Terras») se tornou mais comum⁽¹⁵⁾. A construção da capital neste local, entre o Faium e Mênfis, zona charneira entre o Alto e o Baixo Egito, está ainda por descobrir, mas tem o claro significado de união das Duas Terras.

Contudo, no apaziguamento que se seguiu a toda esta agitação, Amenemhat I teve que recompensar os que lhe tinham sido fiéis. Ao confirmar alguns governadores de província e substituir outros, se permitiu um certo reforço do poder provincial a uns, também manteve alguma tensão latente entre a sua acção centralizadora e os desejos de autonomia de alguns dos que vinham de trás. Talvez por causa disso, *As Profecias de neferti* surjam na literatura desta época como forma de legitimação do seu poder. Mas sabe-se que foi mais longe e que viu na necessidade de funcionários competentes, a forma de incentivar uma sólida formação dos escribas, colaboradores imprescindíveis nas actividades produtivas, de arquivo e de manutenção da ordem. Neste particular, é bem provável que tenha sido ele a inspirar a *Instrução de Kheti*⁽¹⁶⁾, uma apologia da profissão de escriba e, eventualmente, até mesmo o livro *Kemit* aí referido, uma espécie de compêndio, uma compilação de frases e princípios utilizada na formação dos escribas, considerada no *Ensino do papiro Chester Beatty IV*, como a obra fundamental da cultura egípcia, «ao lado da qual merecem ser postas as obras dos grandes escritores posteriores»⁽¹⁷⁾.

Um faraó oriundo da administração e de ascendência popular, que se apoderou do poder que não lhe era destinado, aparentemente para evitar males maiores; uma guerra civil provocada primeiro pelo «amolecimento» de um soberano, Mentuhotep IV, e conseqüente crise sucessória, à mistura com a repressão de invasões estrangeiras; a fundação de uma nova capital; e, por fim, o afastamento de *isefet* e a imposição de *maat* como regresso à normalidade, parecem-nos razões suficientes para deixar para trás a XI dinastia e iniciar uma nova dinastia. Até voltarem os problemas com a fixação de estrangeiros, lá para os finais da XIII dinastia, o Egito viverá um dos seus momentos de maior esplendor e desenvolvimento: precisamente a XII dinastia iniciada por Amenemhat I, a quem Dietrich Wildung chamou «a idade de ouro do Egito»⁽¹⁸⁾. Registe-se, no entanto, que embora se considere o Império Médio um período de paz, não devemos

esquecer que neste período o Egíto se impôs na Núbia até à terceira catarata e, a Norte, estendeu o seu domínio a uma parte do Sinai.

Notas

⁽¹⁾ T. F. CANHÃO, *doze textos egípcios do Império Médio. Traduções integrais*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 157-166; T. F. CANHÃO, *Textos da literatura egípcia do Império Médio. Textos hieroglíficos, transliterações e traduções comentadas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 685-745.

⁽²⁾ A propósito da designação deste papiro ver T. F. CANHÃO, *O Conto do naufrago. Um olhar sobre o Império Médio. Análise histórico-filológica*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2012, p. 21, nt. 3.

⁽³⁾ F. CAMELO, *A linguagem profética na Mesopotâmia (Mari e Assíria)*, Cascais: Patrimonia, 2002.

⁽⁴⁾ Mênfis deve o seu nome de «Muro Branco», Ineb-hedj (*inb hd*), provavelmente, ao «aspecto externo das [suas] paredes de tijolos cobertos com reboco de gesso branco» (J. MÁLEK, «The temples of Memphis. Problems highlighted by the EES survey», em S. Quirke (ed.), *The Temple in Ancient Egypt. new discoveries and recent research*, Londres: British Museum Press, 1997, p. 91).

⁽⁵⁾ A questão à volta das dinastias do Primeiro Período Intermediário permanece em aberto. Ainda hoje não se percebem vários assuntos, entre eles as razões que levaram Maneton a fazer a subdivisão entre a VII e a VIII dinastias e a afirmar em relação à primeira: «a VII dinastia consistiu em 70 reis que reinaram por 70 dias» (W. C. HAYES, *The Scepter of Egypt*, vol. I, Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art, 1990, p. 136; B. G. TRIGGER, B. J. KEMP, D. O'CONNOR e A. B. LLOYD, *Historia del Egíto Antiguo*, Barcelona: Crítica, 1997, p. 147; D. LORTON, «The internal history of the Herakleopolitan period», em *discussions in Egyptology 8*, 1987, Oxford, pp. 21-28).

⁽⁶⁾ T. F. CANHÃO, *doze textos egípcios do Império Médio*, pp. 125-146; T. F. CANHÃO, *Textos da literatura egípcia do Império Médio*, pp. 509-631.

⁽⁷⁾ P. CLAYTON, *Crónicas dos Faraós*, Lisboa: Editorial Verbo, 2004, p. 77; cfr. N. GRIMAL, *Histoire de l'Égypte Ancienne*, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988, pp. 209-210.

⁽⁸⁾ R. B. PARKINSON, *The Tale of Sinuhe and Other Ancient Egyptian Poems (1940-1640 B. C.)*, Oxford: University Press, 1997, p. 138; G. LEFEBVRE, *Romans et Contes Égyptiens*, Paris: Libr. J. Maisonneuve, 1988, p. 104; M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature, I – The Old and Middle Kingdoms*, Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1975, p. 143; W. K. SIMPSON, *The Literature of Ancient Egypt*, New Haven, Londres: Yale University Press, 1973, p. 239; A. ERMAN, *Ancient Egyptian Poetry and Prose*, Nova Iorque: Dover Publications, Inc., 1995 original alemão, de 1923, traduzido para o inglês por A. M. Blackman em 1927, p. 115); M.-A. BONHÈME e A. FORGEAU, *Pharaon. Les Secrets du Pouvoir*, Paris: Armand Colin Éditeur, 1988, pp. 245-285; J. C. SALES, «Coroação», em L. M. Araújo (dir.), *dicionário do Antigo Egíto*, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 240-241.

⁽⁹⁾ L. M. ARAÚJO, *Os Grandes Faraós do Antigo Egíto*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 107.

⁽¹⁰⁾ M. J. SEGURO, «Amenemhat», em *dicionário do Antigo Egíto*, p. 54; também em N. GRIMAL, *Histoire de l'Égypte Ancienne*, p. 210.

⁽¹¹⁾ Levada à letra, a expressão *inebu-heka* (*inbw-hkꜣ*) significa Muros do Governador: a palavra *inebu* significa «muros» ou «muralhas» e *heka* significa «governador». Faulkner não lhe dá nome, dizendo apenas que é uma «fortaleza da fronteira oriental»; Sánchez Rodríguez, para além de

ter tido um lapso de escrita na palavra na página 93 do seu dicionário, chama-lhes «Muros do governador» (R. O. FAULKNER, *A Concise dictionary*, pp. 23 e 178; Á SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, *Diccionario de Jeroglíficos Egipcios*, pp. 93 e 307). Neste texto, ao contrário do que acontece na *História de Sinuhe* onde aparece apenas a palavra *inebu*, a palavra «governador» além do seu determinativo normal, G. S38, tem como determinativo G. G7, usado apenas com reis ou divindades, e ainda surge dentro de uma cartela, exclusiva dos soberanos (cfr. T. F. CANHÃO, *Textos da literatura egípcia do Império Médio*, p. 189). Por esta razão, julgamos que não lhe devemos chamar de Muros do Governador ou Muralhas do Príncipe, como sugerem alguns autores, mas Muros do Rei ou Muros do Soberano.

⁽¹²⁾ Cfr. T. F. CANHÃO, *doze textos egípcios do Império Médio*, pp. 71-90 e 173-178; T. F. CANHÃO, *Textos da literatura egípcia do Império Médio*, pp. 167-285 e 781-828.

⁽¹³⁾ É fácil a qualquer pessoa fazer a analogia dos tempos actuais com alguns textos de *As Farpas*, de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Mas esta passagem de *As Profecias de neferti*, embora se refira a outro país e a outra realidade, permite-nos saltar de uma evocação pouco mais do que centenária para uma evocação de mais de quatro mil anos.

⁽¹⁴⁾ F. DAUMAS, *La Civilisation de l'Égypte Pharaonique*, Paris: Editions Arthaud, 1987, p. 61.

⁽¹⁵⁾ L. M. ARAÚJO, *Os Grandes Faraós do Antigo Egipto*, p. 108.

⁽¹⁶⁾ T. F. CANHÃO, *doze textos egípcios do Império Médio*, pp. 187-200; T. F. CANHÃO, *Textos da literatura egípcia do Império Médio*, pp. 875-950.

⁽¹⁷⁾ P. VERNUS, *Sagesse de l'Égypte pharaonique*, Paris: Imprimerie Nationale Éditions, 2001, p. 197, nt. 21. R. B. Parkinson diz que este texto é do final do reinado de Amenemhat I ou do reinado de Senuseret I (R. B. PARKINSON, *Poetry and Culture in Middle Kingdom Egypt. A dark Side to Perfection*, Londres e Nova Iorque: Continuum, 2002, pp. 322-325).

⁽¹⁸⁾ D. WILDUNG, *L'âge d'or de l'Égypte*, Paris: Presses Universitaires de France, 1984.